

Robert Moses Pechman

# O padeiro, a democracia e a cidade

As cidades tornaram-se modernidade o lugar fundante da condição política de qualquer sociedade. Talvez, por isso, possamos inferir que estas tenham se transformado nas grandes parceiras da democracia. Evidencia-se, então, que sem democracia a cidade fracassa, pois perde uma de suas principais características, que é a produção de relações. As cidades, em seu poder de multiplicar relações, assim como em suas possibilidades de vínculos e abertura para o diálogo, se tornaram, na sociedade moderna, a grande oportunidade de se experimentar novas formas de uma transcendência já perdida e que fora sustentada pelo Estado, pela religião e pela família. É assim que a cidade vai deixando de poder transmitir sua derradeira herança, que a configurava como lugar da reunião, do encontro e da negociação pelo destino dos homens e da sociedade. É, portanto, a “condição humana”, diria Hannah Arendt, ou seja, os “as-

suntos humanos” que estão em jogo na cidade, revelando a catástrofe do definhamento da política e a falência do mundo compartilhado que dá significado à aglomeração urbana. Trata-se, por conseguinte, da precarização de pertencimento ao coletivo.

Faz todo sentido que pensemos, então, que para além do *socius*, a urbanidade e a sociabilidade pública estejam tanto na raiz da cidade como na da democracia. Assim, torna-se fundamental, para a compreensão, tanto da cidade quanto da democracia, a percepção de como os “afetos urbanos” são negociados. Por isso mesmo, o reconhecimento do Outro, a tolerância, a confiança, a amizade pública, a hospitalidade e o compartilhamento, que tanto precisam do mundo e da visibilidade dos assuntos humanos para florescer, são as possibilidades dadas para a democracia se atualizar a cada momento histórico. Nesse sentido, democracia, cidade e cidadania podem

## Robert Moses Pechman

é doutor em História pela Universidade Estadual de Campinas. Atualmente, é professor associado da Universidade Federal do Rio de Janeiro no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR).

[betuspechman@hotmail.com](mailto:betuspechman@hotmail.com)

conviver numa mesma frase, quase como se fossem sinônimos.

Não se trata aqui, no entanto, de analisar a “grande urbanidade”, própria à política. Para Jacques Rancière (1996, p.41) a política e o político são coisas muito distintas. A política significando o fim da promessa da revolução e da utopia e, portanto, o consenso e a pacificação. A tarefa da política seria, pois, a subtração do político, reduzindo-o à sua função pacificadora, enquanto que o político seria a substância fundamental da negociação da vida em comum, o “laço social”, que se configura com a presença desejante do Outro (TEPERMAN, 2020). Portanto, onde se manifesta a cena política, diz Rancière, só o que existe é a lei da polícia, para evitar que as relações se multipliquem e estimulem conflitualidades provocadoras do dissenso.

Não farei aqui, no entanto, uma análise da democracia, mas sim, de seu rebatimento sobre a cidade. Assim, vou me ater ao que podemos cunhar de “pequena urbanidade”, ou seja, a experiência da democracia no miúdo e que quero capturar nas narrativas urbanas, praticadas no cotidiano da vida cidadina.

De fato, não me aterei à dimensão política da democracia, mas sim, na maneira como ela se manifesta na cidade, nas suas filigranas, nos comportamentos cotidianos e banais, tão bem representados pelas narrativas literárias e que expressam de maneira veemente a condição humana na cidade.

Como narrar, então, o trágico humano sem que evoquemos o trágico urbano do laço social e a necessária confiança que se tenta estabelecer na tessitura de um contrato urbano?

Se os gregos teatralizavam o trágico da vida na pólis, nós narramos a tragédia da cidade como uma verdadeira guerra de relatos, sendo que a cidade é o tema maior da narração (GOMES, 2008, p.181). Trata-se, assim, de mostrar a cidade como a principal protagonista da epopeia contemporânea forjada na comunhão entre os homens, e com a cidade. Tome-mos, então, a linguagem como uma espécie de observatório da cidade na perspectiva discursiva (ORLANDI, 1999).

O que nos conta a cidade quando esta resolve abrir a boca? Às vezes, essa fala é apenas um sussurro, às vezes, são ruídos, mas também gritos, berros, gemidos, ordens, lamentos, urros. É próprio da cidade falar.

Tomando em conta a premissa que nós narramos a cidade como se fora uma guerra de relatos, passamos a entender porque cidade e narração evoluem como se fossem um ser único. Ao apenas narrar, a cidade nos conta alguma coisa sobre a sua maneira de ser e, nessa narrativa, percebemos como se inter-

calam ou se sobrepõem a cidade, a urbanidade e os narradores. São essas narrativas, pois, que irão nos permitir vislumbrar os laços que se entrecruzam entre o que podemos chamar de pequena urbanidade e grande urbanidade, revelando a tessitura de que é tecida a democracia como forma de compartilhamento da vida em comum. Nesse sentido, se a grande urbanidade remete para a institucionalização da política, a pequena urbanidade aponta para o urbano, não enquanto logística espacial, mas enquanto território do polido (ORLANDI, 1999), do laço social, da urbanidade, da sociabilidade, das trocas simbólicas. A narrativa, portanto, há de nos mostrar a cidade a partir da pequena urbanidade (o cotidiano da cena urbana) e a partir da fala dos marginalizados. Quanto à grande urbanidade, outra narrativa se impõe e dela não iremos tratar. Assim sendo, faremos da pequena urbanidade a porta de entrada na cidade das “pequenas criaturas”, daqueles ninguéns, daqueles sem nome na cidade.

Por muito tempo, assinala Kellen Resende no artigo “A cidade vista de baixo: o olhar dos marginalizados”, determinados elementos sociais foram ignorados pela arte literária ou apenas usados como pano de fundo para enredos narrativos. No entanto, a literatura, bem como outras artes e ciências, passou a mostrar novas formas de se ver o mundo (RESENDE, 2009). Personagens, antes esquecidos, passaram a ter registradas suas vozes e olhares. Atenta a essas transformações, Kellen Resende nos apresenta os personagens marginalizados presentes no livro de João Antônio, “Malagueta, Perus e Bacanaço”. Tais, são filhos da rua e herdeiros das sobras da cidade, são uns “Zé ninguém”, não têm nome, somente apelidos, sobrevivendo do jogo do bilhar e de pequenas trapças. Roendo a cidade pelas beiradas, o olhar dos marginalizados para com os “ganhos” com a cidade é projetado como quem a vê desde o rés-do-chão, como os ratos. Para essas pessoas, diz o contista João Antônio, ocupar um espaço na cidade leva a que precisem se contentar com os seus restos. Fora dos bairros da jogatina, não são ninguém, são apenas seus apelidos

Não ser alguém na cidade lembra o que Jacques Rancière (1996), em seu livro “O desentendimento”, diz sobre o escândalo da democracia quando a plebe ousa falar para reivindicar direitos. Trata-se de seres (plebeus), sem nome, nem fala, privados de *logos*, sem inscrição simbólica na pólis e que disputam com os patrícios o que falar quer dizer. É a luta pela palavra e pela razão.

A esse propósito, o romancista e contista Lima Barreto também nos brinda com a noção de “ninguemdade” na cidade, bem marcada em crônica

de 1922 chamada “De Cascadura ao Garnier”. Trata-se do bonde que liga o subúrbio ao centro da cidade, cujo motorneiro é um crioulo forte e simpático, carinhosamente chamado pelos passageiros de Titio Arrelia. Tal bonde fazia longo percurso por vários subúrbios antes de ganhar as ruas centrais da capital do Brasil. Enquanto manejava o veículo, Titio Arrelia deitava pilhérias à direita e à esquerda, brincava com o tímpano do bonde e assoviava como os cocheiros, admirando a nova e irregular cidade que despontava por aquelas bandas, ainda plenas de capinzais encimados por velhas casas de fazenda. Aproximando-se do centro, o bonde embica pelo Mangue e, a partir daí, o veículo passa a se travestir com uma nova dignidade: Titio Arrelia se ajeita, acerta o nó da gravata, não diz mais pilhérias, deixa o timbre em paz e não assovia mais. Uma nova urbanidade se impõe a todos através do grosso silêncio que passa a pairar sobre o veículo, como se este estivesse entrando em propriedade alheia. A viagem chega ao fim e o alegre motorneiro vai incorporando uma nova natureza ao seu jeito suburbano de ser. Diante disso, só resta o seu silêncio.

## DA CIDADE, DA PEQUENA URBANIDADE E DA DEMOCRACIA

Para melhor aquilatar a relação entre a cidade e a narrativa, no sentido de entender como a pequena urbanidade fundamenta os afetos sociais e como esses afetos dão fundamento à democracia, vou tomar a obra do cronista Rubem Braga, considerado o grande narrador do fugaz, do instante, das migalhas, das minúcias da cidade e de suas gentes.

A crônica, constata Ana Karla Dubiela no livro “As cidades de Rubem Braga”, anda a pé pela cidade, é “o passeio contemplativo e ao mesmo tempo interativo, de troca entre o indivíduo e a cidade, entre o sentimento de representação coletiva e o urbano”, donde se conclui que esta faz da metrópole a protagonista do fato (DUBIELA, 2017, pp. 44-45).

Quando Renato Janine alega que a democracia é algo que vem de baixo, desdenhado desde a Antiguidade como o empenho insolente dos pobres em invadir o espaço de seus superiores, nos lembramos da crônica que, sempre próxima dos leitores, pega o miúdo e mostra sua grandeza. A cidade, dirá o contista Rubem Fonseca em um de seus contos, “não é aquilo que se vê do Pão de Açúcar”, querendo nos alertar que o drama é mais embaixo e que este anda de mãos dadas com o repertório urbano de cada um. A profunda ligação entre cidade e narrativa leva-nos a

indagar, portanto, sobre como os ecos dos sofrimentos humanos, na complexidade da cidade, reverberam no Político, que, segundo a acepção de Rancière, é a substância fundamental da negociação da vida em comum; em outros termos, o político entendido como a encenação da vida cotidiana no modo da pequena urbanidade.

Não à toa é que o cronista Braga procura no cotidiano dos desvalidos a mais ínfima gota de mel que adoce suas vidas. Por isso, a deferência para com o gari, o padeiro, o vassoureiro, o anônimo Silva, a vizinha, a viúva e vários outros. Vejamos isso.

## DE PADEIROS, DE EMPREGADAS, DE MOTORISTAS E DE VASSOUREIROS

Em crônica datada de 1946 e intitulada “O padeiro”, Braga conta que se lembrou de um padeiro que quando vinha deixar o pão à porta das casas e tocava a campainha para avisar ao morador de sua chegada, já ele ia gritando lá para dentro: “não é ninguém, é o padeiro!”. Certo dia, interperando o homem do pão, Braga perguntou-lhe como tivera a ideia de gritar aquilo? Então, você não é ninguém? O padeiro, então, explicou que aprendera com as empregadas que, ao serem perguntadas, ao ouvirem a campainha, quem lá estava, respondiam para a patroa: “Não é ninguém não, é só o padeiro”. Diz Braga: “ele me contou isso sem mágoa nenhuma e ainda se despediu sorrindo”. E Braga, que era jornalista e saía da redação de madrugada, arrematou: “o jornal e o pão estariam bem cedinho na porta de cada lar; e dentro do meu coração eu recebi a lição de humildade daquele homem, entre todos, útil e entre todos alegre; “não é ninguém, é o padeiro!”.

A banalidade da história e sua cotidianidade apontam para um fato corriqueiro na vida da cidade, e nos traz uma questão candente sobre a identidade do sujeito e seu não-lugar social. Sua fala é o silêncio, a mudez daqueles que não são, nem no mundo e nem na cidade. Segundo Rancière (1996, p. 37), “aquele que não tem nome, não pode falar, da boca da plebe não saem palavras, apenas ruídos”.

Outra crônica de padeiro, essa de 1946, intitulada “Louvação”, fala de um padeiro do subúrbio carioca que foi autuado, por estar fabricando pão com farinha pura, já que a Prefeitura, por falta de trigo, passou a obrigar as padarias a fazerem misturas de farinha. O padeiro será punido por sua desobediência, mas antes o cronista o louvará: “Glória a ti padeiro de Brás de Pina, padeiro do pão puro”. Segue o cronista,

Entre o falso leite, a falsa arte... a falsa palavra do político... e a falsa democracia - glória a ti. Mergulhamos no frenesi das falsificações; nossos panos são de falso tecido, os sapatos de falso couro... as palavras de falsa moral. Há orquestras tocando falsas músicas e oradores com a voz embargada, pela falsa emoção e o chefe de Polícia resolve punir falsos crimes. Os partidos fazem uma falsa coalizão ou se colocam em falsa oposição... De tudo nos queixamos aos falsos amigos... quando tudo piora, o povo nas ruas promove falsos distúrbios... Tu, só tu, fazes o puro pão. Às escondidas, nesta cidade pecaminosa; é ali, na penumbra, que formas a tua massa pura e a levavas ao forno de verdadeiro fogo do ideal, ao fogo de teu coração. Glória a ti, verdadeiro padeiro, último preparador da branca hóstia da verdade eterna e terrena do pão dos homens: glória a ti.

Embora diferente da primeira crônica “O padeiro”, cuja identidade era colocada em suspenso, numa espécie de eclipse do ser, em “Louvação”, Braga nos traz um padeiro que confirma sua profissão e se impõe à autoridade e aos costumes vigentes, tentando resgatar aquilo que dá sentido ao seu estar na cidade: a pureza de seu pão. O primeiro padeiro sai de cena como uma espécie de “Zé ninguém”, assoviando, o segundo sai de cena sendo *alguém*, rebelde que se mostrava.

Quase que numa arenga religiosa, Braga prega contra a falsidade dos negócios da cidade, contra os vendilhões do templo, convocando para a verdade, convocando pela crença no verdadeiro pão e pela própria verdade do pão, alimento básico que congrega e congrega todos em torno da mesa. Lutando pela pureza das coisas, Braga impreca contra a cidade “pecaminosa”, contra as posturas municipais e contra os costumes. Glorificando um padeirinho suburbano, o cronista acaba pregando a desobediência civil, tentando recuperar um ideal perdido de pureza.

Seria demasiado afirmar o quanto essas crônicas performam o que a cidade é, e como elas arremetem contra a Política como negação da utopia de uma feliz-cidade, no sentido que lhe dá Jacques Rancière?

Nas crônicas “Batalha no Lgo. do Machado”, “O conde e o passarinho”, “Luto na família Silva” e “O motorista do 8-100”, o que escorre da pena de Braga é um cronista decididamente implicado com os pequenos gestos da urbanidade, com as pequenas causas, com a baixa política, com o sofrimento popular.

Na “Batalha do Lgo. do Machado” trata-se de

operários, empregados em padaria, engraxates, jornaleiros, lavadeiras, cozinheiras, uma massa torpe e enorme desfilando num bloco de carnaval, que toma o asfalto, que dança e canta de tal maneira que parecem exigir Igualdade, Liberdade e Fraternidade. E o cronista vê nesse espetáculo popular, não uma batalha de confete, mas uma batalha de rancos e soluços, uma grande insurreição armada de soluços.

No livro “O conde e o passarinho”, Braga divaga sobre o bonde e relembra o aviso que vinha inscrito na cabine do motorneiro e que dizia: “Fale ao motorneiro somente o necessário”. Ao que o cronista contesta e propõe: “O essencial é falar ao motorneiro. O povo deve falar ao motorneiro. Se o motorneiro se fizer surdo, o povo deve puxar a aba do paletó do motorneiro. Em geral, nessas circunstâncias, o motorneiro dá um coice. Então o povo deve agarrar o motorneiro, apoderar-se da manivela, colocar o bonde a 9 pontos (velocidade máxima), cortar o motorneiro em pedacinhos e comê-lo com farofa”.

Em “Luto da família Silva” trata-se da morte súbita de um trabalhador, João Silva, na rua e Rubem Braga convoca todos os Joões Silva da cidade para prestar-lhe homenagem, afirmando que:

Nossa família, João, vai mal em política. Sempre por baixo. Nossa família, entretanto é que trabalha para os homens importantes... Nossa família quebra pedra, faz telhas de barro, laça os bois, levanta os prédios, conduz os bondes, enrola o tapete do circo... Nossa família... faz tudo. Apesar disso, João Silva, nós temos que enterrar você é mesmo na vala comum. Na vala comum da miséria... Porque nossa família um dia há de subir na política.

Na crônica “O motorista do 8-100”, Braga põe em cena um motorista de caminhão de lixo, que, enquanto os lixeiros fazem a coleta, “pega um espanador e um pedaço de flanela, e faz seu carro ficar rebrilhando de limpeza. Esse motorista que limpa seu caminhão, conta Rubem Braga, não é um conformado, é um herói silencioso que lança um protesto superior. A vida o obrigou a catar lixo e imundície; ele aceita sua missão, mas a supera com esse protesto de beleza e dignidade... O motorista do caminhão 8-100 parece dizer aos homens da cidade: “O lixo é vosso: meus são esses metais que brilham, meus são esses vidros que esplendem, minha é essa consciência limpa”.

Juntando essas quatro crônicas, o que temos? Um retrato do miúdo da democracia, de como suas demandas sobem dos chãos da cidade para os cumes da

sociedade, um instantâneo da condição humana na cidade, um fragmento de sua condição urbana, o mel e o fel de sua condição política e poética.

Sejam as pequenas criaturas, seja a pequena urbanidade, são elas que, derradeiramente, giram as engrenagens da vida comum na cidade, contaminando com seu caudal de “impurezas” e de questionamentos, os “desentendimentos” e as disputas sobre o que quer dizer falar. Na visão de Rancière (1996), trata-se do escândalo da necessidade de reconhecimento do outro e de seu direito a negociar sua estadia não só na cidade, como no mundo.

Não é à toa que a literatura, em suas várias manifestações, mostra-se como um espaço onde o escritor se movimenta, a partir da cidade, como uma tentativa de dar sentido ao todo da sociedade. Para ganhar o jogo da “ninguemdade” na cidade - sugerirá Rubem Fonseca em seu “Pequenas Criaturas” -, é preciso criar, pelo menos, parte das regras, coisa que os ricos não se cansam de fazer.

## REFERÊNCIAS

- DUBIELA, Ana K. **As cidades de Rubem Braga e W. Benjamim**. Fortaleza: Ed. Lumiar, 2017.
- GOMES, Renato. Da metrópole à cibercidade. Cultura e cosmopolitismos”. In: GOMES, Renato; MARGATO, Izabel (orgs.). **Espécies de espaço: territorialidades, literatura, mídia**. Belo Horizonte: UFMG, 2008.
- ORLANDI, Eni P. N/O limiar da cidade. **RUA**, Campinas, 1999. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678>.
- RANCIÈRE, J. **O desentendimento**. Trad. Ângela Leite Lopes. São Paulo, Editora 34, 1996.
- RESENDE, K., A cidade vista de baixo: o olhar dos marginalizados. **Anais do SILEL**. Volume 1. Uberlândia: EDUFU, 2009.
- TEPERMAN, Daniela et al. **Laço**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. ■